

Itabira, 10 de Março de 2020.

Excelentíssimo Doutor Marcelo Oliveira Costa  
Promotor de Justiça

Referência Ofício n. 043/2020/GEPP- IC n. 0137.15.001019-5-Itabira/MG

Segue as informações e considerações do Sr. Aloiso da Silva Moreira, para esclarecimento de dúvidas relativas ao parecer do Grupo Especial de Promotores de Justiça de Defesa do Patrimônio Público – GEPP, referente ao Contrato de Prestação de Serviços n. 61/2016, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Itabira Minas Gerais e a Empresa EICON (GIEX) Controles Inteligentes de Negócios Ltda.

**Sumário das Informações/considerações apresentadas neste documento:**

- 1 - Contextualização da atuação do Sr. Aloiso da Silva Moreira, como Ex-Secretário Municipal da Fazenda no período Abril de 2015 a Dezembro 2016;
- 2 - Justificativa da Contratação dos Serviços para Implantação do Sistema Integrado de Gestão da Cobrança da Dívida dos Contribuintes Inadimplentes para com a Prefeitura Municipal de Itabira;
- 3 - Relação Custo X Benefício (Valor Global /Preço dos Serviços Contratados entre a Prefeitura Municipal de Itabira e Empresa EICON (GIEX) Controles Inteligentes de Negócios Ltda., versus a Recuperação da Receita da PMI com o pagamento da Dívida pelos Contribuintes Inadimplentes;
- 4 – Implantação do REFIS (Programa de Refinanciamento dos Débitos dos Contribuintes (Pessoas Físicas e Jurídicas), com o objetivo de Recuperação da Dívida.
- 5 - Decreto de Calamidade Financeira na Prefeitura Municipal de Itabira, com o objetivo de equilibrar as Receitas e Despesas; e a prestação de Serviços **ESSÊNCIAIS** para a população de Itabira;
- 6 - Tramitação do Processo Licitatório n.123/2015 e a Concorrência Pública PMI SMA/SUCON n. 006/2015; e a celebração do Contrato PMI/SMA n.61/2016 entre a Prefeitura Municipal de Itabira e a Empresa EICON (GIEX) Controles Inteligentes de Negócios Ltda., para recuperação da a Dívida dos Contribuintes Inadimplentes;
- 7- Considerações Finais;

**Segue os esclarecimentos e considerações:**

- 1 - Contextualização da atuação do Sr. Aloiso da Silva Moreira, como Ex-Secretário Municipal da Fazenda no período de Abril de 2015 a Dezembro 2016:



## **2 - Justificativa da Contratação dos Serviços para Implantação do Sistema Integrado de Gestão da Cobrança da Dívida dos Contribuintes Inadimplentes para com a Prefeitura Municipal de Itabira:**

O Contrato de Prestação de Serviço. 61/2016, cujo Preço (Valor Global distribuídos em 05 (cinco) Etapas para Execução no Prazo de Vigência Contratual de 12(doze) meses; celebrado entre Prefeitura Municipal de Itabira, e a empresa EICON Controles Inteligentes de Negócios Ltda, utilizando a Ferramenta Informatizado (GIEX) (Higienização e de Cadastro de Contribuintes Inadimplentes; cujo objeto contratual a Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Recuperação de Ativos, com Saneamento dos Cadastros de Contribuintes Interligados da cobrança da Dívida no valor aproximadamente R\$ 217 Milhões, que os Contribuintes (Pessoas Físicas e Jurídicas).

Obs.: Vide anexo I (Relação dos Contribuintes/Maiores Valores dos Devedores Inadimplentes da Prefeitura Municipal de Itabira);

## **3 - Relação Custo X Benefício (Valor Global /Preço dos Serviços Contratado entre a Prefeitura Municipal de Itabira e a Empresa EICON (GIEX) Controles Inteligentes de Negócios Ltda., versus a Recuperação da Receita da PMI com o pagamento da Dívida pelos Contribuintes Inadimplentes:**

O Valor Contratual, cujo Preço (Valor Global) de R\$ 1.152.000,00, comparado a Recuperação da Dívida dos Contribuintes, no valor de 217 Milhões; tendo como referência apenas o potencial de R\$ 160.Milhões, como pode ser visto no anexo II (Relação dos Contribuintes, totalizando R\$ 160.197.088,21; ou seja os Maiores Valores dos Devedores Inadimplentes da Prefeitura Municipal de Itabira); tem uma relação percentual de Custo X Benefício, equivalente ao percentual de 0,72%.

Ressalta-se que desta maneira buscava-se Alternativas Técnicas com maior efetividade, e agilidade reaver através de Ato Formal Público Extrajudicial, provar a inadimplência e buscar o recebimento da dívida do Contribuinte para com a Prefeitura Municipal de Itabira. Ressalta-se que além do Benefício citado acima; deveria ocorrer o Treinamento e Capacitação de uma Equipe de Alta Performance de Servidores de Carreira da Prefeitura Municipal de Itabira, com Perfil e Formação Multidisciplinar e Áreas tais como, Informática, Direito, Contabilidade, Direito, Ciências da Computação, Economia, Administração de Empresas, Arquitetura e Urbanismo, dentre outras. A partir daí esta Equipe de Alta Performance, adquiria o "know-how e o Domínio da Diversas Funcionalidades disponíveis no Sistema Integrado de Gestão de Recuperação de Ativos, com Saneamento dos Cadastros de Contribuintes Integrados da cobrança da Dívida.

Simultaneamente esta Equipe de Alta Performance, tinha como objetivo, fazer a transferência de conhecimento e experiência adquirida para a Equipe de Servidores de Carreira, responsável pelas Rotinas do dia-a-dia da Prefeitura, responsável pela Arrecadação de Tributos e Cobrança da Dívida Ativa. Face ao acima exposto e considerando a complexidade dos fatos, bem como a brutal queda das Receitas, a Prefeitura Municipal de Itabira, optou pela Alternativa da Contratação de Serviços Especializados (Customizados); ou seja adequados a realidade e a necessidades específicas; ou seja, mais eficientes e com maior resultados para evitar a Perda de Receitas; bem como combater a sonegação fiscal, vivenciado até então pela Prefeitura Municipal de Itabira; fato este que trazia sérios transtornos, para se fazer frente aos compromissos inadiáveis, com Fornecedores do Município, para suprir demandas URGENTES de necessidades de Serviços Públicos tais como: Saúde, Educação, Saneamento, Segurança, etc.



#### **4 - Implantação do REFIS (Programa de Refinanciamento dos Débitos dos Contribuintes (Pessoas Físicas e Jurídicas), com o objetivo de Recuperação da Dívida.**

Ressalta-se aqui, a iniciativa da Secretaria da Fazenda do Município de Itabira, como Alternativa de EMERGENCIAL, em 03/09/15; através da Lei Municipal 4838 de 02/09/15, em Implantar e Operacionalizar o REFIS (Programa de Refinanciamento dos Débitos das Pessoas Físicas e Jurídicas Inadimplentes), tendo como referência apenas o potencial de R\$ 160.Milhões, como pode ser visto no anexo II (Relação dos Contribuintes, totalizando R\$ 160.197.088,21; ou seja os Maiores Valores dos Devedores Inadimplentes da Prefeitura Municipal de Itabira); conseguiu-se alcançar apenas os seguintes resultados, conforme a seguir:

- a) Ainda que o citado REFIS, tenha tido um prazo de vigência de 03/09/15 até 30/12/15, para atender a dívidas de Contribuintes, vencidas até 31/12/14; a Prefeitura do Município de Itabira, conseguiu recuperar apenas R\$ 2.492.391,79; que representa o percentual de 1,56% em relação ao potencial de totalizando R\$ 160.197.088,21 da Dívida a ser recuperada dos Contribuintes.
- b) Conclui-se daí a dificuldade da Prefeitura Municipal de Itabira, em recuperar a Dívida dos Contribuintes. Mesmo considerando que o citado REFIS, foi amplamente publicado para a população Itabira; os maiores devedores foram comunicados através de correspondência, sobre a existência dos débitos; bem, como das contrapartidas oferecidas pela Prefeitura Municipal de Itabira, para os Contribuintes Devedores, optassem pela regularização da situação de suas dívidas tais, como:
- Redução total, ou 100% do valor das multas e dos juros de mora para pagamento a vista das Dívidas;
  - Redução da metade, ou 50% da multa e dos juros de mora para parcelamento das Dívidas em até 60 (sessenta), meses ou 5 (cinco) anos.

Obs.: Vide anexo II (Lei Municipal N. 4.838 DE 02/09/15 do REFIS)

Vide anexo III (Exemplo de Panfleto utilizado para publicação do REFIS)

#### **5 – Decreto de Calamidade Financeira na Prefeitura Municipal de Itabira, com o objetivo de equilibrar as Receitas e Despesas; e a prestação de Serviços ESSENCIAIS para a população de Itabira;**

Diante do agravamento da situação, a Prefeitura Municipal de Itabira, em 10/09/15, para evitar o colapso e garantir o atendimento dos serviços públicos ESSENCIAIS para a população Decretou Calamidade Financeira, inicialmente com prazo de vigência de 120 dias; e que foi prorrogado por mais 120 dias até o mês de Abril de 2016, com o objetivo de adequar a brutal queda de arrecadação e despesas, para pagamento dos compromissos obrigatórios com credores e fornecedores dos citados serviços.

Obs.: Vide anexo IV - Projeção de Resultado Financeiro da Prefeitura Municipal de Itabira Meses Outubro, Novembro e Dezembro 2016;

Diante da tendência do aprofundamento da crise no ano 2016; bem como nos anos seguintes, optou-se pela Recuperação da Dívida Ativa, para amenizar o desequilíbrio existente entre Receitas e Despesas no Exercício do ano 2016; bem como como para os próximos Exercícios, desenvolver a Cultura do Contribuinte ter que quitar as Dívidas junto ao Fisco Municipal. Para tanto, concluímos naquele momento ser imperioso a imediata Modernização dos Processos e Ferramentas de Tributação e Arrecadação de Impostos, Taxas e Contribuições, para Reforçar as Receitas de Recursos Livres do Município; e desta forma a Prefeitura, ficar menos dependente dos Recursos Vinculados dos Governo Estadual e Federal; bem como da Cfem (Contribuição Financeira da Exploração Mineral).



**6 – Tramitação do Processo Licitatório n.123/2015 e a Concorrência Pública PMI SMA/SUCON n. 006/2015; e a celebração do Contrato PMI/SMA n.61/2016 entre a Prefeitura Municipal de Itabira e a Empresa EICON (GIEX) Controles Inteligentes de Negócios Ltda., para recuperação da Dívida dos Contribuintes Inadimplentes.**

Para dar início a recuperação da a Dívida dos Contribuintes Inadimplentes com a Prefeitura Municipal de Itabira; e dar início a Modernização dos Processos e Ferramentas de Tributação e Arrecadação de Impostos, Taxas e Contribuições, em 29/07/16, foi dado continuidade no Processo de Licitatório n.123/2015, e a Concorrência Pública PMI SMA/SUCON n. 006/2015 paralisado em 02/12/15.

A partir daí foi dada sequência aos trâmites do Processo Licitatório, e a seguir celebração do Contrato PMI/SMA n.61/2016 entre a Prefeitura Municipal de Itabira e a Empresa EICON (GIEX) Controles Inteligentes de Negócios Ltda., para recuperação da a Dívida dos Contribuintes Inadimplentes;

Rigorosamente conforme as normas e instrumentos estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Itabira, através da Secretaria Municipal de Administração responsável pela Superintendência de Contratos, e com os pareceres favoráveis e anuência da Procuradoria Jurídica Geral do Município; e endossado pela Secretaria de Auditoria e Controladoria Interna da Prefeitura Município de Itabira; bem como em estrita obediência aos requisitos estabelecidos na Lei Federal n. 8.666 de 21 de Junho de 1993.

**7 – Considerações Finais**

Diante dos fatos expostos nos itens anteriores, creio, que seja oportuno esclarecer, que na qualidade de Ex-Secretário Municipal da Fazenda, a minha responsabilidade no processo em pauta, limitou-se à solicitação de contratação, detalhadamente justificada pelas alegações e considerações citadas e ao pagamento da primeira parcela referente aos serviços executados.

No meu entendimento naquelas circunstâncias, preço dos serviços estavam dentro dos limites da razoabilidade, principalmente devido à alta complexidade do objeto contratual, e a expectativa de resultado potencial, considerando o custo x benefício na execução do contrato.

Finalmente, alego que a definição do citado preço seguiu os critérios previstos da Lei n. 8.666 de 21 de Junho de 1993; analisados e considerados em conformidade com a legislação, como consta no parecer do Grupo Especial de Promotores de Justiça de Defesa do Patrimônio Público – GEPP.

Atenciosamente,

Aloiso da Silva Moreira